



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Magalhães Barata**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51	

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2025)	50



INTRODUÇÃO

AAgenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Magalhães Barata (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2023, a taxa de pobreza em Magalhães Barata apresentou oscilações relevantes. Em 2019, o município registrava 51,6%, caindo para 49,8% em 2020. No entanto, houve aumento em 2021 (52,6%) e um pico expressivo em 2022, quando atingiu 59,3%. Em 2023, houve recuo para 49,5%, retornando a patamar próximo ao inicial. A Região de Integração (RI) do Guamá também registrou alta até 2022 (chegando a 62%), com queda subsequente para 44,2% em 2023. O estado do Pará seguiu comportamento similar: após um aumento até 2022 (59,4%), recuou para 43,8% no último ano da série (Gráfico 1).

Essa trajetória revela o impacto socioeconômico da pandemia em 2022, seguida de uma melhora geral em 2023. Ainda que Magalhães Barata tenha reduzido sua taxa de pobreza em relação ao pico, o valor de 49,5% permanece elevado. O recuo em 2023 pode refletir políticas públicas de transferência de renda e recuperação econômica. Contudo, a comparação com a RI Guamá e o estado mostra que o município mantém um nível mais alto de pobreza, o que aponta a necessidade de atenção específica nas ações de combate à vulnerabilidade social (Gráfico 1).

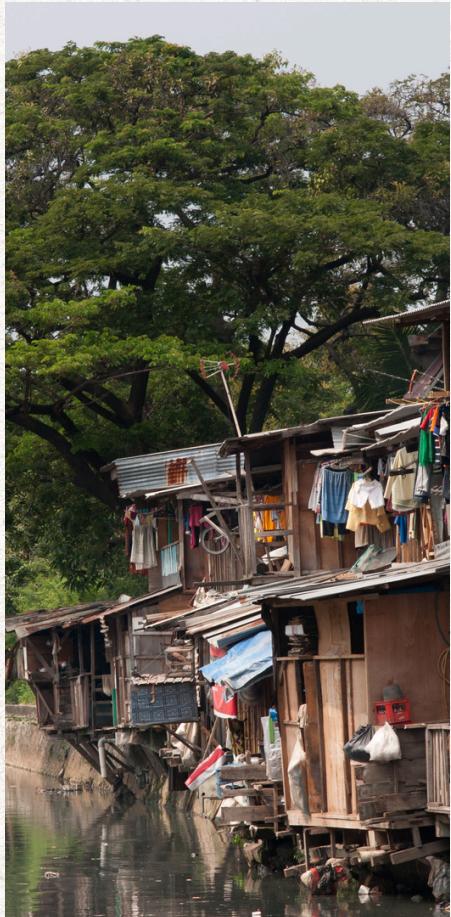
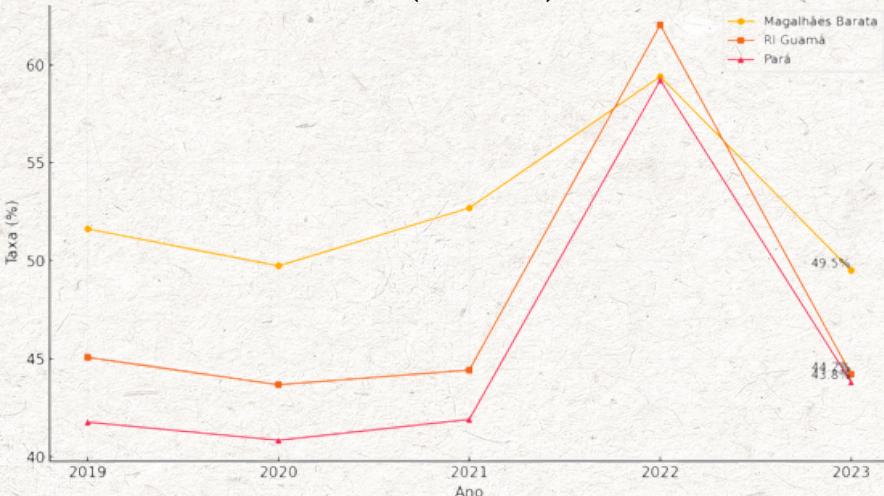




Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 49,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

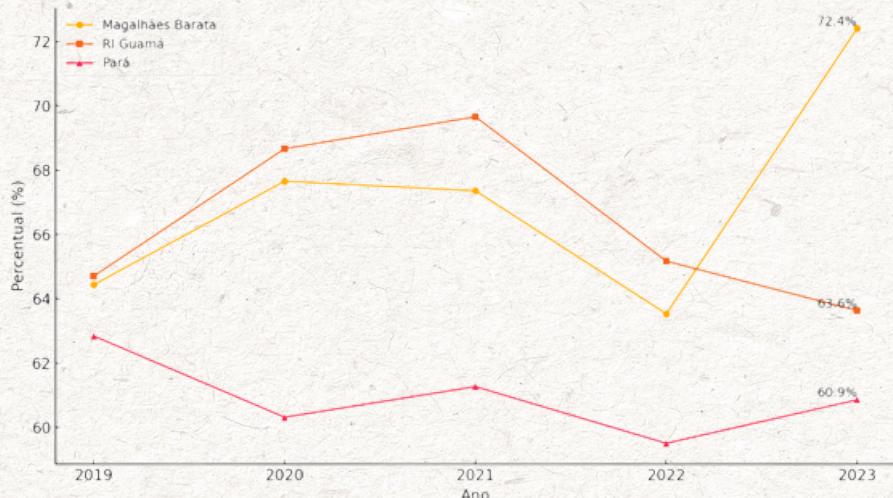
Magalhães Barata aumentou consideravelmente a proporção de despesas com serviços essenciais ao longo do período. De 64,5% em 2019, o percentual cresceu até 67,6% em 2020 e manteve-se relativamente estável em 2021 (67,3%). Em 2022, houve queda acentuada para 63,7%, seguida por um crescimento expressivo para 72,4% em 2023. A RI Guamá também teve alta em 2020 (68,7%) e 2021 (69,7%), caindo para 65,2% em 2022 e para 63,6% em 2023. Já o estado do Pará teve flutuações modestas, terminando o período em 60,9%, pouco abaixo dos 62,8% registrados em 2019 (Gráfico 2).

O aumento significativo em Magalhães Barata em 2023 destaca um esforço localizado de priorização dos serviços essenciais, superando tanto a média da RI quanto a estadual. Essa elevação pode estar relacionada à destinação de recursos para áreas como saúde, educação e assistência social, visando mitigar os efeitos da crise de 2022. No entanto, é importante acompanhar se esse crescimento se mantém nos anos seguintes e se se traduz em melhoria dos indicadores sociais locais (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 72,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta foi alcançada.



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.



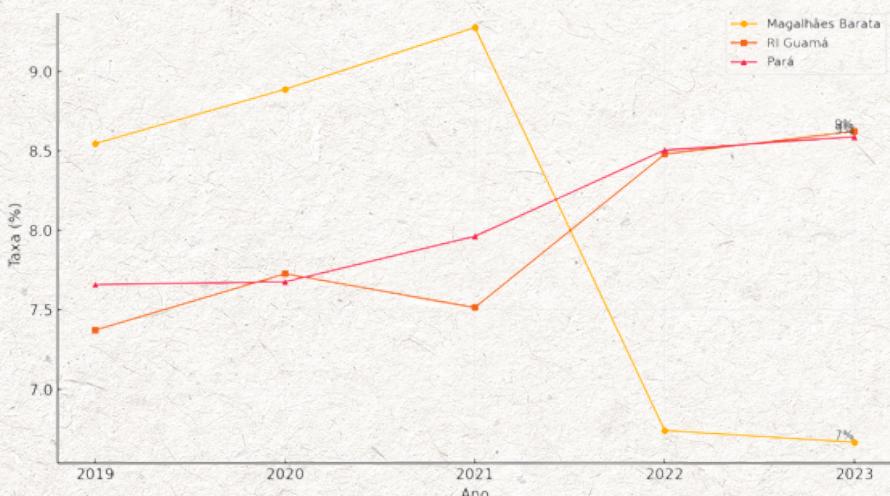
Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

A prevalência de crianças com baixo peso ao nascer em Magalhães Barata foi a mais elevada no início da série, passando de 8,6% em 2019 para 8,9% em 2020 e atingindo 9,3% em 2021. A partir de 2022, ocorreu uma queda expressiva para 6,8%, seguida por nova leve redução em 2023, alcançando 7,0%. A RI Guamá teve crescimento ao longo do período: de 7,4% em 2019 para 8,6% em 2023. O estado do Pará também teve alta contínua, de 7,7% para 8,6% no mesmo intervalo (Gráfico 3).

O comportamento de Magalhães Barata é destoante das demais regiões, pois mostra uma redução consistente nos dois últimos anos, enquanto os demais territórios apresentaram elevações graduais. Isso pode indicar melhorias nos cuidados pré-natais e na nutrição materna localmente. Ainda assim, o valor de 7,0% exige atenção, por continuar próximo do patamar nacional de alerta (acima de 8%). O acompanhamento constante da saúde materno-infantil no município segue sendo essencial (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



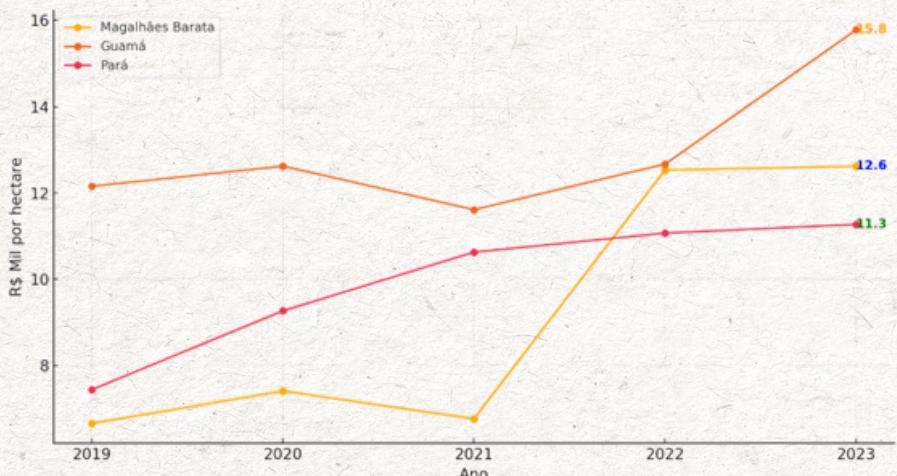
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Magalhães Barata começou baixa em 2019, com R\$ 6,5 mil/ha, subindo levemente para R\$ 7,4 mil/ha em 2020, mas recuando para R\$ 6,8 mil/ha em 2021. Em 2022, houve salto relevante para R\$ 12,6 mil/ha, valor mantido em 2023. A RI Guamá iniciou com R\$ 11,9 mil/ha, oscilou em 2021 (R\$ 12,7 mil/ha), e atingiu 15,8 mil/ha em 2023. O Pará também cresceu: de R\$ 7,4 mil/ha em 2019 para R\$ 11,3 mil/ha em 2023, com variações menos intensas (Gráfico 4).

A trajetória de Magalhães Barata evidencia

um avanço expressivo a partir de 2022, com praticamente o dobro da produtividade em relação ao início da série. Esse salto pode estar associado à adoção de novas tecnologias, maior mecanização ou ampliação de culturas de maior valor agregado. Ainda que tenha alcançado os patamares estaduais, a produtividade da RI Guamá segue superior. Há espaço para consolidar os ganhos recentes, com foco em assistência técnica e infraestrutura rural (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12,6 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

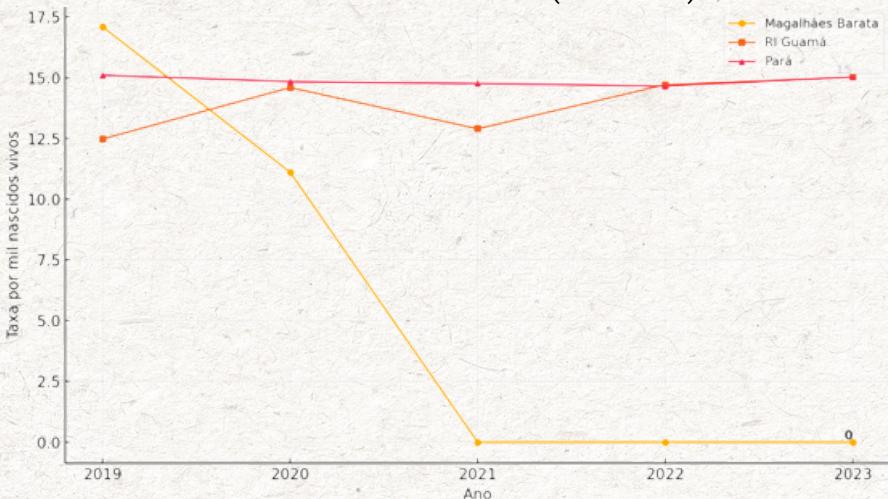
Em Magalhães Barata, a taxa de mortalidade infantil caiu drasticamente entre 2019 e 2021. O índice era de 17,1 por mil nascidos vivos em 2019, caiu para 11,3 em 2020 e chegou a 0,0 de 2021 a 2023. Essa redução extrema sugere melhorias significativas nos serviços de saúde neonatal ou inconsistências nos registros. A RI Guamá oscilou levemente, variando de 12,5 (2019) a 14,9 (2023), mantendo uma média estável. O estado do Pará apresentou estabilidade em torno de 15 por mil nascidos vivos, com leve redução em 2020 (14,7) e 2022 (14,8), e volta ao patamar inicial em 2023 (Gráfico 5).

A trajetória de Magalhães Barata destoa das demais localidades por apresentar valor zero por três anos consecutivos, o que é incomum e exige verificação da consistência dos dados. A comparação com a RI Guamá e com o estado mostra que, enquanto estes mantêm índices altos e estáveis, o município teria eliminado completamente a mortalidade infantil nesse período, caso os dados refletam a realidade. Isso aponta para a necessidade de investigação quanto à qualidade dos registros ou à aplicação de políticas altamente eficazes no município (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

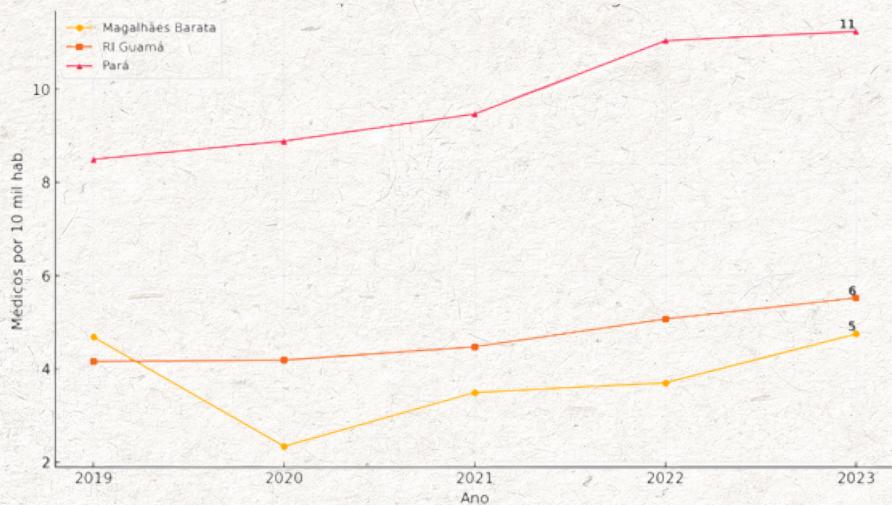
Entre 2019 e 2023, o número de médicos por 10 mil habitantes em Magalhães Barata variou significativamente. Começou em 4,7 em 2019, caiu para 2,3 em 2020, depois subiu de forma gradual para 3,5 (2021), 3,7 (2022) e 5,0 em 2023. Apesar da recuperação, os valores seguem abaixo da média estadual e da RI. A RI Guamá iniciou com 4,2 e avançou consistentemente até 5,6 em 2023. Já o estado do Pará apresentou um crescimento expressivo de 8,5 em 2019 para 11,0 em 2023 (Gráfico 6).

Magalhães Barata ainda possui cobertu-

ra médica baixa, mesmo com a evolução recente. A queda acentuada em 2020 pode estar ligada à saída de profissionais durante a pandemia, com posterior recomposição. Comparativamente, o município está em desvantagem frente à RI Guamá e ao estado, que apresentam crescimento contínuo e consistente. O aumento estadual mostra um avanço generalizado na interiorização da força médica, embora o acesso local ainda demande políticas específicas de atração e fixação de profissionais (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Magalhães Barata, o número de vagas no ensino público caiu consideravelmente entre 2019 e 2023. No início do período, o município contava com 268 vagas por mil habitantes, valor que caiu para 255 em 2020, subiu novamente em 2021 (268) e voltou a cair para 258 em 2022 e 226 em 2023. A RI Guamá iniciou com 217, seguiu tendência de queda até atingir 190 em 2023. O estado do Pará acompanhou esse declínio, indo de 211 em 2019 para 198 em 2023 (Gráfico 7).

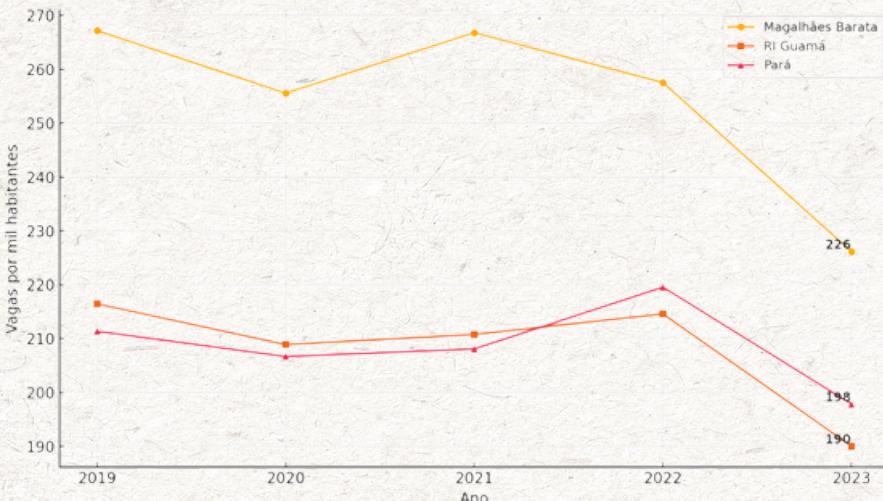
A retração geral do número de

vagas aponta para um possível ajuste demográfico ou cortes na rede pública de ensino. Em Magalhães Barata, a queda é mais acentuada a partir de 2022, exigindo atenção quanto à capacidade de atendimento escolar. Ainda assim, o município segue com oferta proporcional maior que RI e estado. Isso indica que, embora em queda, o nível de cobertura educacional ainda é relativamente mais favorável no município, mas pode estar em risco se a tendência negativa continuar (Gráfico 7).





Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 226 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

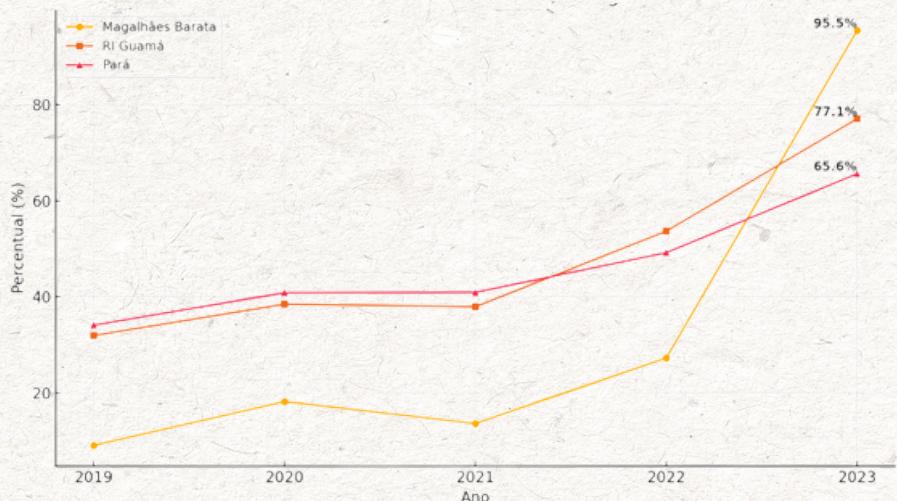
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Magalhães Barata apresentou avanço expressivo no percentual de escolas com acesso à internet. Em 2019, apenas 9% das escolas estavam conectadas, subindo para 18,2% em 2020, caindo levemente para 14,2% em 2021. A partir de 2022, houve salto para 27,3%, com crescimento exponencial em 2023, atingindo 95,5%. A RI Guamá teve evolução mais moderada: de 32,2% em 2019 para 77,1% em 2023. O estado do Pará saiu de 33,9% para 65,6% no mesmo intervalo (Gráfico 8).

O desempenho de Magalhães Barata foi o mais impressionante entre os três municípios, alcançando praticamente a universalização do acesso à internet escolar em 2023. Esse avanço representa uma base sólida para políticas de inclusão digital e ensino remoto. O salto tardio, mas acentuado, a partir de 2022, sugere investimentos pontuais e eficazes. Comparativamente, o município ultrapassou os demais, mesmo partindo de uma condição inicial extremamente desfavorável (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 95,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

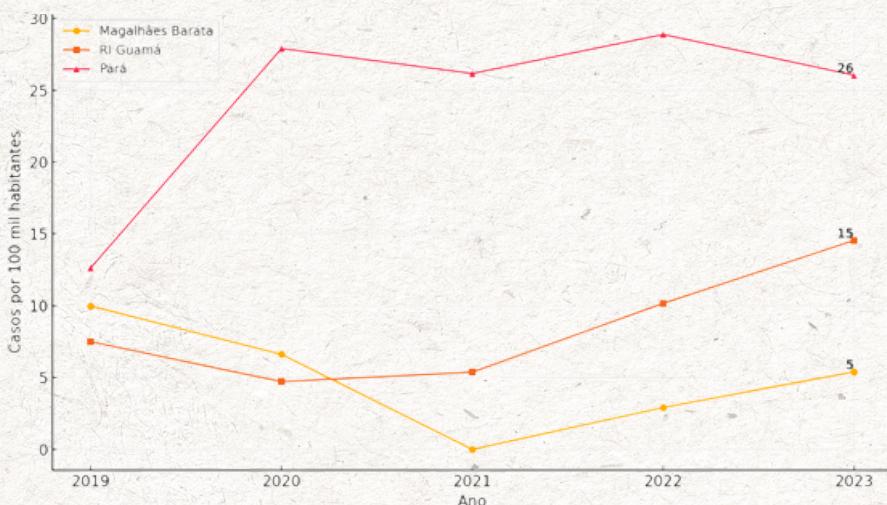


Em Magalhães Barata, a taxa de violência contra a mulher por parceiros caiu de 10 casos em 2019 para 0 em 2021, mas voltou a subir, alcançando 5 casos por 100 mil habitantes em 2023. Já na Região de Integração do Guamá, os números oscilaram: caíram de 7,6 em 2019 para 4,7 em 2020, subiram para 5,4 em 2021 e atingiram 15 em 2023, indicando aumento expressivo no biênio final. No estado do Pará, os dados mostram alta significativa de 12,6 em 2019 para 28 em 2020, com pequenas oscilações posteriores e encerrando 2023 em 26 casos por 100 mil habitantes (Gráfico 9).



Essa evolução indica que, enquanto Magalhães Barata apresentou uma tendência geral de redução seguida de leve retomada, o Guamá enfrentou uma piora constante entre 2021 e 2023. Já o estado do Pará manteve taxas persistentemente altas após a explosão em 2020, sugerindo um problema estrutural de violência doméstica. A discrepância entre o município e os níveis regionais/estaduais destaca diferentes dinâmicas locais, possivelmente influenciadas por subnotificação, variações de políticas públicas ou ações de enfrentamento mais eficazes no município (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

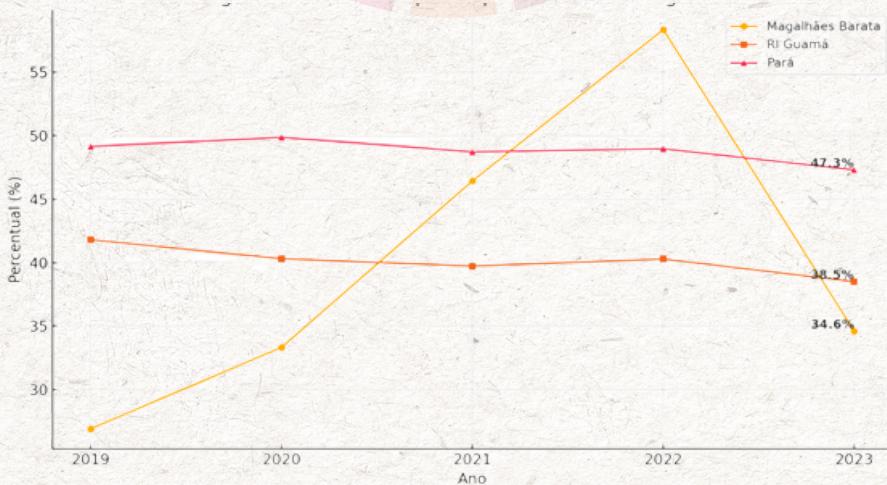
Em Magalhães Barata, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres cresceu significativamente de 26,8% em 2019 para 57,5% em 2022, marcando um avanço notável na equidade de gênero nas posições de liderança. No entanto, essa tendência foi interrompida em 2023, quando o indicador recuou bruscamente para 34,6%, sinalizando perda de espaço feminino na gestão local. Essa queda pode indicar mudanças institucionais ou rotatividade que impactaram negativamente a representatividade das mulheres (Gráfico 10).





Na Região de Integração do Guamá, o indicador se manteve mais estável, variando de 42% em 2019 para 38,5% em 2023, com discreto declínio ao longo dos anos. Já o estado do Pará registrou níveis mais altos e estáveis, oscilando entre 48,9% em 2019 e 47,3% em 2023. Esses dados mostram que, apesar de flutuações locais, o estado tem mantido uma representatividade feminina elevada e constante nos cargos de gestão. O recuo em Magalhães Barata, contudo, chama atenção e merece análise mais aprofundada sobre possíveis causas estruturais ou conjunturais (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 34,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Magalhães Barata, a proporção de pessoas de baixa renda com acesso à coleta de esgoto apresentou variações mínimas entre 2019 e 2023. Os valores oscilaram entre 0,8% e 1,1%, com leve pico em 2021 (1,2%) e estabilização em 0,8% em 2023. Na RI do Guamá, os números também permaneceram estáveis, com discretas flutuações, indo de 0,9% em 2019 para 1,1% em 2023. Esses dados indicam estagnação e ausência de políticas de ampliação do saneamento voltadas especificamente à população mais vulnerável nesses territórios (Gráfico 11).

Em contraste, o estado do Pará mostrou avanço contínuo no indicador. A taxa subiu de 7% em 2019 para 11,5% em 2023, com crescimento acelerado a partir de 2021 (8,5%). Embora ainda baixa, a cobertura estadual revela investimentos ou melhorias mais perceptíveis na infraestrutura de saneamento direcionada à população de baixa renda. A comparação reforça a desigualdade territorial: enquanto o estado avança, regiões como Magalhães Barata e Guamá seguem praticamente estagnadas, sinalizando a necessidade de priorização dessas áreas em políticas públicas (Gráfico 11).

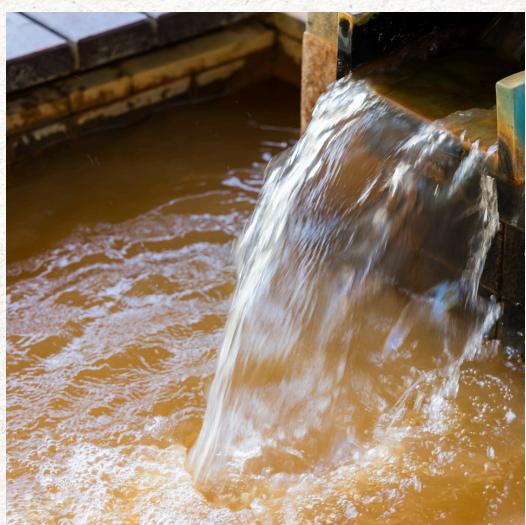
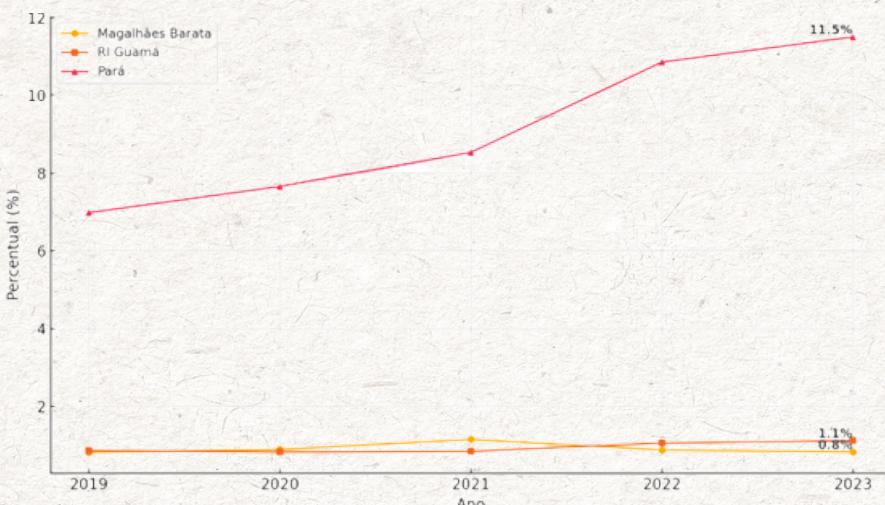




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Magalhães Barata, o gasto municipal per capita com saneamento básico variou de forma acentuada no período. Em 2019, o valor foi de R\$ 51, caindo drasticamente para R\$ 5 em 2020. A partir daí, houve recuperação parcial: R\$ 14 em 2021 e R\$ 43 em 2022. No entanto, o montante voltou a cair, encerrando 2023 com apenas R\$ 17 por habitante. Essa instabilidade orçamentária sugere ausência de uma política contínua de investimentos em saneamento, o que pode impactar diretamente a cobertura e a qualidade dos serviços (Gráfico 12).

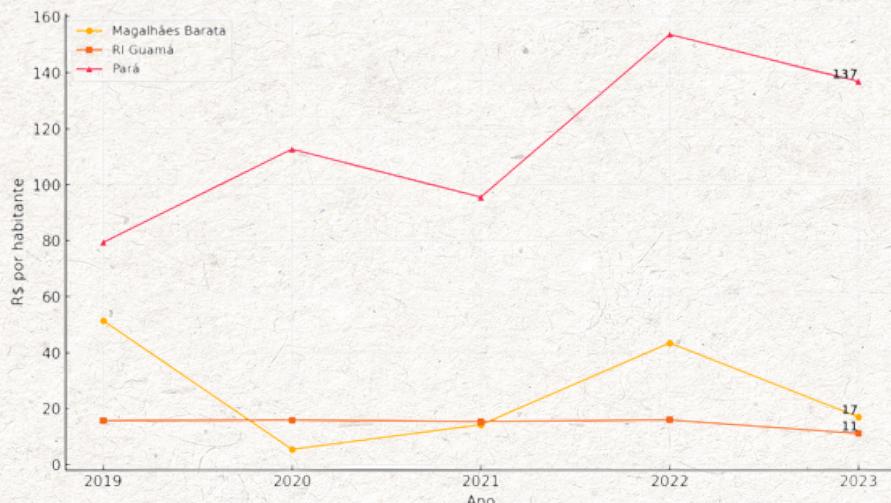
Na Região de Integração do Guamá, os valores foram mais

constantes: de R\$ 16 em 2019 até R\$ 11 em 2023, com ligeiras oscilações intermediárias. Já no estado do Pará, observou-se aumento progressivo de investimentos, passando de R\$ 79 em 2019 para um pico de R\$ 153 em 2022, encerrando 2023 em R\$ 137 por habitante. A descrença entre o município e o estado indica desigualdade na priorização orçamentária e reforça a necessidade de ampliação do aporte local. Essa realidade também explica, em parte, a baixa cobertura da população de baixa renda com coleta de esgoto em Magalhães Barata (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 17/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

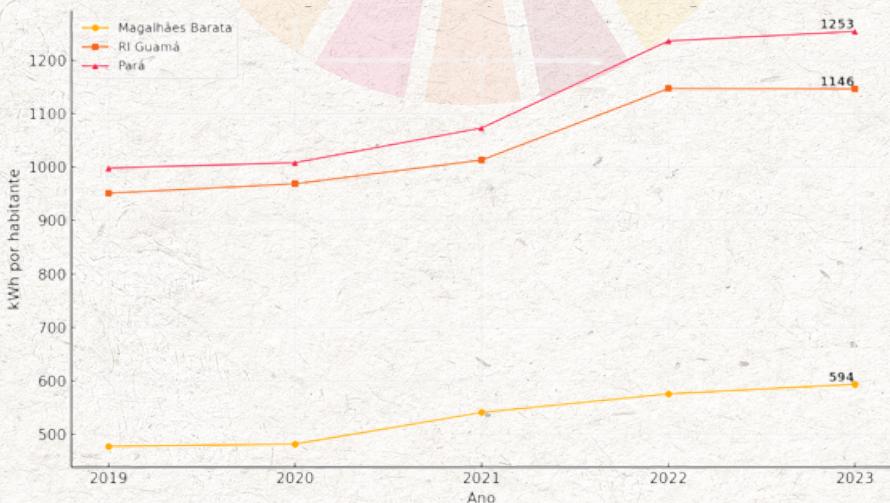


Em Magalhães Barata, o consumo de energia elétrica per capita evoluiu de forma moderada entre 2019 e 2023. O município registrou 470 kWh/hab. em 2019, mantendo o mesmo valor em 2020, e avançando para 540 em 2021, 574 em 2022 e 594 em 2023. Esse crescimento contínuo, embora lento, pode refletir avanços no acesso e uso da energia em domicílios e serviços. No entanto, o valor ainda se mantém significativamente abaixo das médias regionais e estaduais (Gráfico 13).



Na RI Guamá, os valores começaram em 955 kWh/hab. em 2019 e aumentaram progressivamente, alcançando 1146 em 2023. O estado do Pará iniciou com 998 kWh/hab. em 2019 e encerrou 2023 com 1253, evidenciando um crescimento mais acentuado, especialmente entre 2021 e 2022. Essa diferença indica disparidades significativas entre os territórios, com Magalhães Barata consumindo menos da metade da média estadual em 2023. Tal cenário pode estar relacionado à infraestrutura deficiente ou renda limitada da população local (Gráfico 13).

**Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.),
Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 594 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

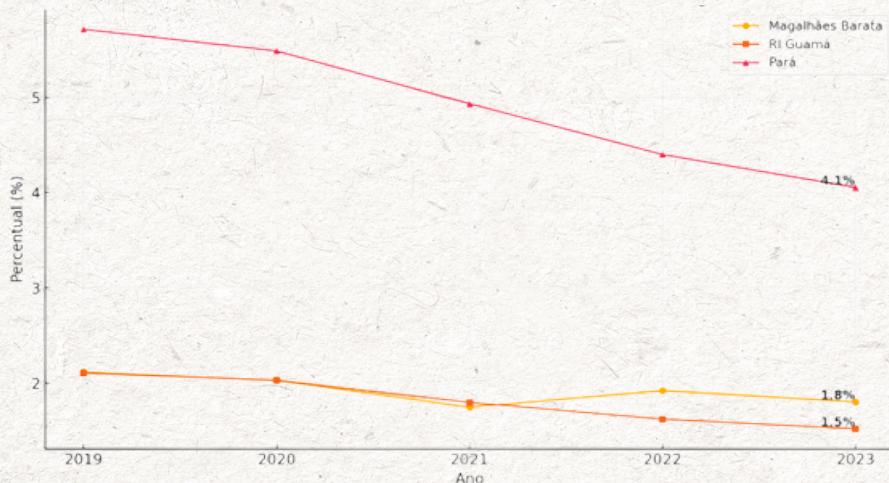
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

O percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil em Magalhães Barata manteve-se relativamente estável ao longo do período. Em 2019, o índice era de 2,1%, caindo para 1,8% em 2021, subindo levemente para 1,9% em 2022 e encerrando 2023 em 1,8%. Apesar das oscilações, a persistência de valores próximos de 2% sugere que uma parcela significativa da população de baixa renda ainda não possui acesso pleno à iluminação elétrica regular (Gráfico 14).



Na RI Guamá, o indicador também reduziu ligeiramente, indo de 2,1% em 2019 para 1,5% em 2023. Já o estado do Pará apresentou queda mais expressiva: partindo de 5,7% em 2019, recuou para 4,1% em 2023. Apesar da tendência de melhora, os números estaduais ainda superam os observados em Magalhães Barata, o que pode apontar para diferenças na qualidade das políticas públicas ou grau de urbanização. A redução geral do indicador é positiva, mas ainda insuficiente para erradicar a exclusão energética entre os mais vulneráveis (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



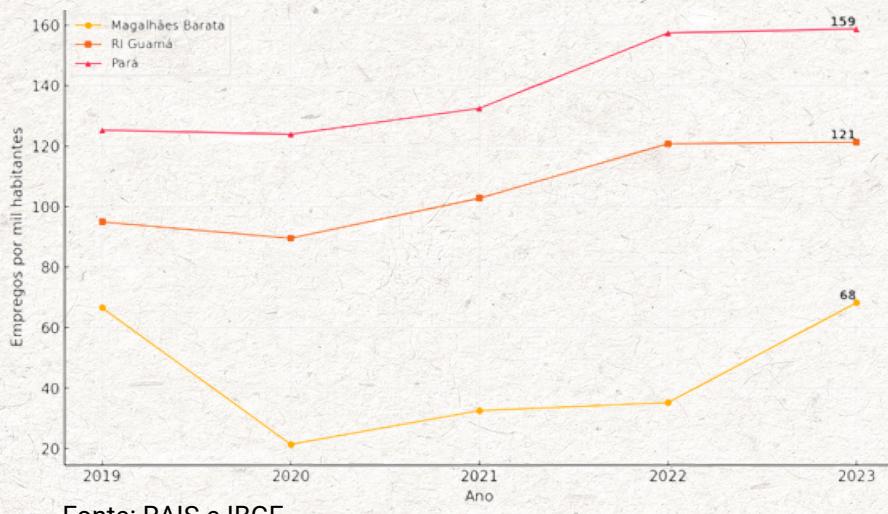
Empregos Formais por Mil Habitantes

Na RI Guamá, a trajetória foi mais constante: começou com 95 empregos por mil em 2019, caiu levemente para 89 em 2020, mas cresceu de forma contínua até atingir 121 em 2023. Já o estado do Pará manteve uma média elevada e crescente: partindo de 125 empregos formais por mil habitantes em 2019, com ligeira redução para 124 em 2020, e avanço expressivo até 159 em 2023. Isso mostra uma resiliência maior do mercado de trabalho estadual e regional em comparação ao município. A defasagem de Magalhães Barata em relação aos demais territórios evidencia a necessidade de políticas públicas que estimulem a formalização e a atração de empregos mais qualificados (Gráfico 15).

Em Magalhães Barata, o número de empregos formais por mil habitantes apresentou forte oscilação entre 2019 e 2023. O município iniciou o período com 67 empregos por mil habitantes em 2019, mas sofreu queda drástica em 2020, atingindo apenas 22, possivelmente como reflexo direto da pandemia de COVID-19. A partir de 2021, iniciou-se uma recuperação com 33 empregos formais por mil, subindo para 35 em 2022 e alcançando 68 em 2023, superando o patamar inicial. Essa recuperação revela um processo de retomada gradual, porém o patamar ainda é muito inferior ao observado nos níveis regional e estadual. A forte vulnerabilidade inicial expõe a fragilidade estrutural do mercado de trabalho local, sujeito a choques econômicos (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 68 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

O PIB per capita de Magalhães Barata apresentou crescimento no período, ainda que em ritmo inferior ao estadual. Em 2018, o município registrava R\$ 9.448 por habitante, sofrendo queda para R\$ 8.579 em 2019. Nos anos seguintes, observou-se uma recuperação econômica: R\$ 10.913 em 2020, R\$ 11.535 em 2021 e R\$ 12.550 em 2022. Apesar do crescimento acumulado de aproximadamente 33% no período, o valor ainda é inferior ao da RI Guamá e, principalmente ao do estado do Pará. O comportamento sugere algum dina-



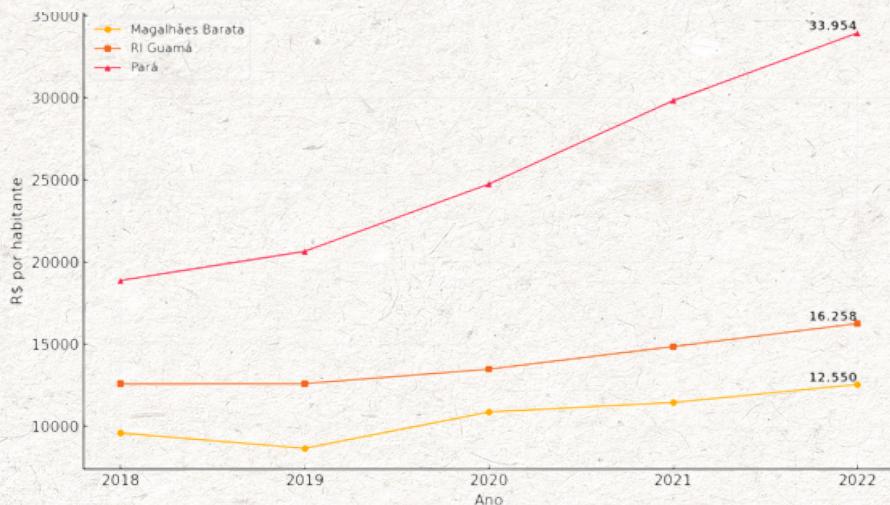
mesmo recente, mas ainda insuficiente para elevar substancialmente o padrão de renda local (Gráfico 16).

Na RI Guamá, o indicador cresceu de R\$ 12.573 em 2018 para R\$ 16.258 em 2022, avanço de cerca de 29%. Já no es-

tado do Pará, o crescimento foi expressivo: o PIB per capita saltou de R\$ 18.895 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022 – uma elevação de quase 80%. A disparidade entre os níveis territoriais revela desigualdade na distribuição da atividade econômica, com maior concentração de riqueza em polos produtivos mais estruturados. Isso evidencia a urgência de fortalecer a economia local de Magalhães Barata por meio da diversificação produtiva, estímulo à agricultura e fomento a cadeias econômicas com maior valor agregado (Gráfico 16).



Gráfico 16 - PIB per capita, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12.550/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



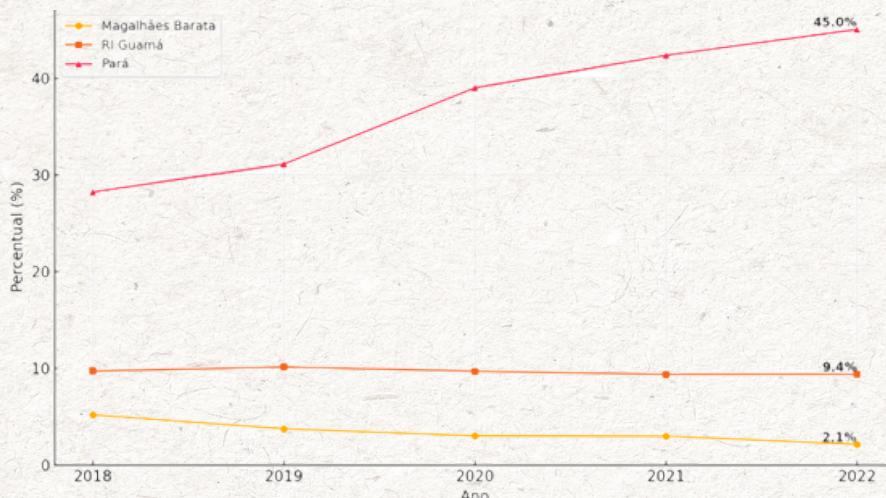
Em Magalhães Barata, o valor adicionado da indústria como percentual do PIB apresentou tendência de queda em todos os anos analisados. O setor representava 5,1% da economia municipal em 2018, caindo para 3,7% em 2019, 3,3% em 2020 e 2021, e finalmente apenas 2,1% em 2022. Essa queda constante sugere retração industrial ou ausência de investimentos que permitam modernização ou expansão do setor. A diminuição da participação da indústria implica menor diversificação econômica e maior vulnerabilidade às oscilações de setores menos dinâmicos, como comércio e serviços públicos. O município parece estar perdendo progressivamente seu espaço produtivo no setor industrial (Gráfico 17).

Na Região de Integração do Guamá, a indústria representou de forma estável cerca de 9,4% a 10,1% do PIB no período de 2018 a 2022. Já o estado do Pará mostrou trajetória ascendente expressiva, com o valor adicionado da indústria aumentando de 28,5% em 2018 para 45% em 2022. Esse crescimento pode estar relacionado à expansão de grandes projetos extrativistas e industriais em outras regiões paraenses, especialmente ligados à mineração. A comparação mostra que, enquanto o estado amplia sua base industrial, Magalhães Barata segue trajetória oposta, tornando-se mais dependente de setores de menor impacto econômico. Isso reforça a necessidade de políticas locais de reindustrialização e integração às cadeias produtivas regionais (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Magalhães Barata, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes apresentou crescimento contínuo ao longo do período. Em 2019, o município contava com 4,8 profissionais por 100 mil habitantes, recuando levemente para 4,0 em 2020. A partir de então, observou-se uma trajetória ascendente: 6,0 em 2021, 7,0 em 2022 e 11,3 em 2023. Esse aumento repre-



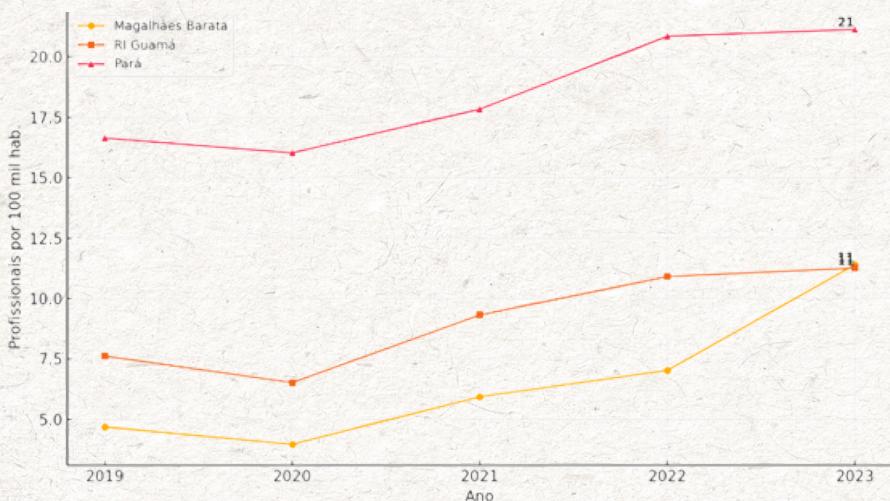
senta uma elevação significativa na densidade de profissionais da ciência, embora os valores ainda estejam abaixo dos níveis estadual e regional. O crescimento pode estar associado a políticas de fomento à educação superior ou à atração de mão de obra especializada (Gráfico 18).



Na Região de Integração do Guamá, o indicador foi de 7,6 em 2019 para 11,4 em 2023, com leve queda inicial, mas crescimento estável nos anos seguintes. Já o estado do Pará manteve-se em patamar mais elevado durante todo o período, iniciando com 16,8 em 2019 e alcançando 21,0 em 2023. A comparação revela que, apesar do avanço, Magalhães Barata ainda tem uma baixa concentração de profissionais da ciência em relação ao estado e à RI. O avanço recente, no entanto, sinaliza potencial de melhoria na capacidade local de inovação e pesquisa, caso sejam mantidos os investimentos (Gráfico 18).



**Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes,
Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles



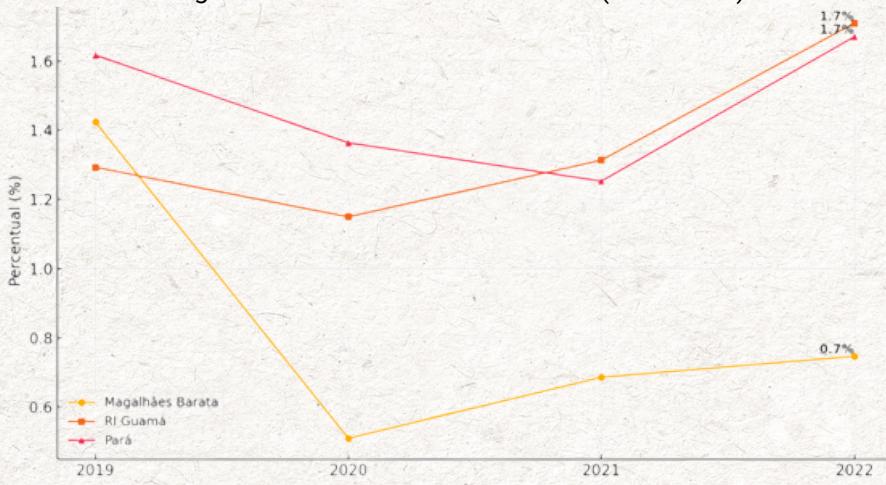


Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

O município de Magalhães Barata iniciou 2019 com uma massa salarial equivalente a 1,43% do PIB, mas apresentou forte queda em 2020, atingindo apenas 0,49%. Esse recuo expressivo provavelmente reflete os impactos da pandemia sobre o mercado formal local. A partir de 2021, houve leve recuperação para 0,66%, seguida de um pequeno avanço para 0,72% em 2022. Apesar da recuperação parcial, os valores ainda são baixos, indicando uma fraca participação da renda formal na economia local. Isso evidencia a precariedade das relações de trabalho e a predominância de vínculos informais ou de baixa remuneração (Gráfico 19).

Na RI Guamá, os percentuais foram mais altos e estáveis: 1,29% em 2019, com leve queda em 2020 (1,16%), mas alcançando 1,70% em 2022. O estado do Pará também começou com 1,61% em 2019, caindo para 1,36% em 2020 e chegando igualmente a 1,70% em 2022. Essa evolução demonstra maior solidez do mercado formal regional e estadual, em contraste com a fragilidade do cenário municipal. A baixa proporção da massa salarial no PIB de Magalhães Barata reforça a urgência de políticas de desenvolvimento que ampliem a formalização e valorizem os vínculos empregatícios na economia local (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

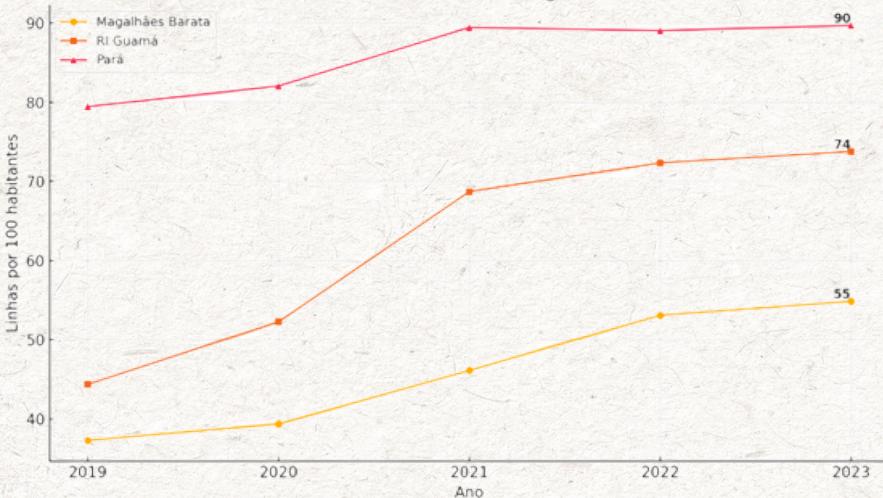
Em Magalhães Barata, o acesso à telefonia móvel cresceu gradualmente no período entre 2019 e 2023. Em 2019, o município registrava 37 linhas por 100 habitantes, subindo para 39 em 2020, 46 em 2021, 53 em 2022 e atingindo 55 em 2023. Apesar do avanço, o valor continua bastante inferior à média estadual e regional. Na RI Guamá, o crescimento foi mais acentuado, indo de 44 para 74 linhas por 100 habitantes. Já o estado do Pará evoluiu de 80 para 90 linhas no mesmo intervalo (Gráfico 20).

O cenário demonstra que, embora haja melhoria no acesso à telefonia móvel em Magalhães Barata, a infraestrutura ainda está defasada em relação aos demais territórios. A diferença de 35 linhas por 100 habitantes em relação ao estado evidencia desigualdade no acesso a serviços de comunicação. Esse tipo de exclusão digital pode impactar negativamente outros indicadores, como educação, empreendedorismo e acesso à informação. Políticas de ampliação da cobertura e da qualidade dos serviços de telecomunicação seriam essenciais para a inclusão digital da população local (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 55 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

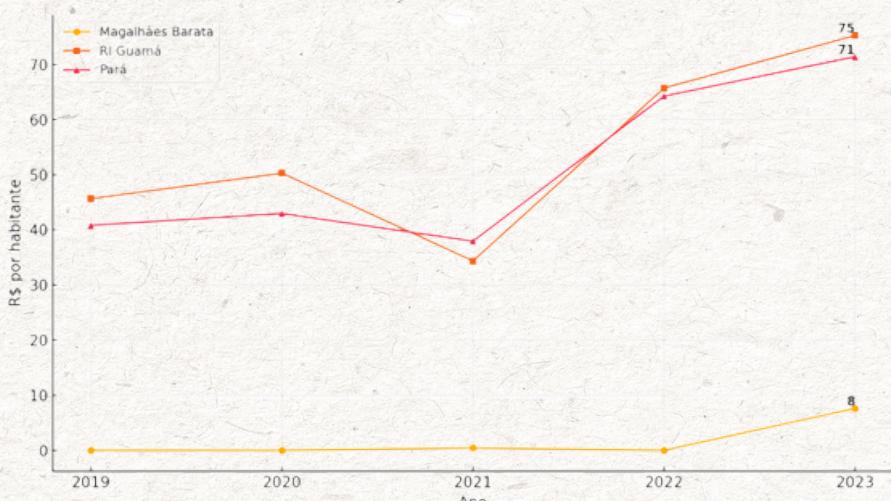
Em Magalhães Barata, os gastos públicos per capita com cultura e gestão ambiental foram extremamente baixos durante quase todo o período. De 2019 a 2022, os valores se mantiveram praticamente nulos: R\$ 0 em 2019 e 2020, R\$ 0,6 em 2021, R\$ 0,2 em 2022. Somente em 2023 houve um aumento relevante, alcançando R\$ 8 por habitante. Ainda assim, esse valor está bem abaixo do registrado em níveis regional e estadual, sinalizando uma baixa priorização dessas áreas na agenda municipal de investimentos públicos (Gráfico 21).

Na Região de Integração do Guamá, os investimentos começaram em R\$ 46 por

habitante em 2019, cresceram para R\$ 50 em 2020, caíram para R\$ 35 em 2021, e saltaram para R\$ 75 em 2023. No estado do Pará, o gasto também evoluiu positivamente, partindo de R\$ 41 em 2019 para R\$ 71 em 2023, mesmo com leve recuo em 2021. Os dados reforçam que Magalhães Barata ficou muito aquém dos padrões de investimento em cultura e meio ambiente, áreas fundamentais para o bem-estar social e a sustentabilidade local. A alta recente pode representar um início de correção, mas ainda insuficiente frente às demandas (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 8/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





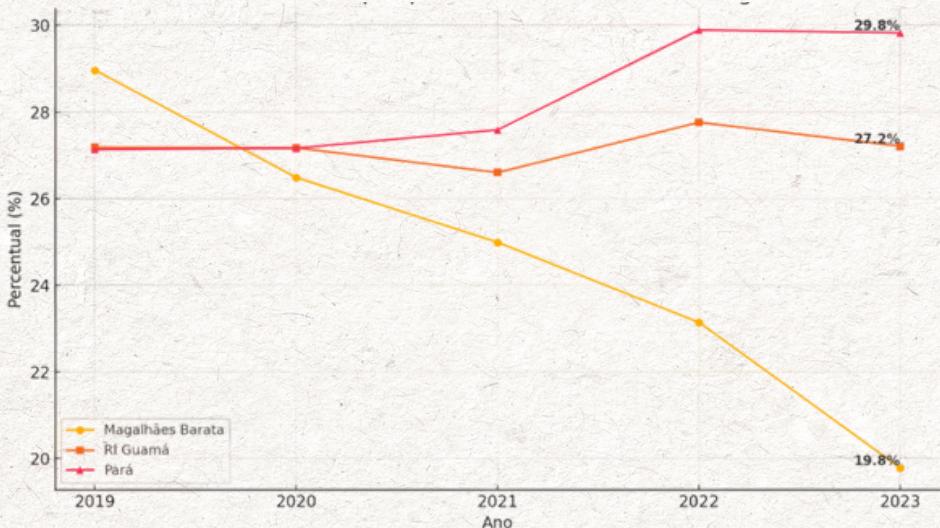
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Magalhães Barata, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo caiu progressivamente de 28,9% em 2019 para 19,8% em 2023. A redução é expressiva e constante, demonstrando uma possível ampliação dos serviços de coleta ou campanhas de conscientização ambiental. Na Região de Integração do Guamá, a taxa oscilou levemente, indo de 27,2% em 2019 para o mesmo valor em 2023, sem tendência clara de melhora. Já no estado do Pará, o índice subiu de 27,2% para 29,8%, revelando uma piora na situação estadual (Gráfico 22).

A trajetória de Magalhães Barata se destaca

positivamente frente aos demais níveis territoriais. O município foi o único a apresentar queda contínua e significativa no indicador, enquanto o estado demonstrou retrocesso. A redução de quase 10 pontos percentuais em quatro anos sugere investimentos ou melhorias no sistema de manejo de resíduos sólidos na população mais vulnerável. Contudo, quase 1 em cada 5 pessoas de baixa renda ainda depende de práticas inadequadas para descarte de lixo, exigindo continuidade e ampliação de políticas públicas de saneamento e educação ambiental (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



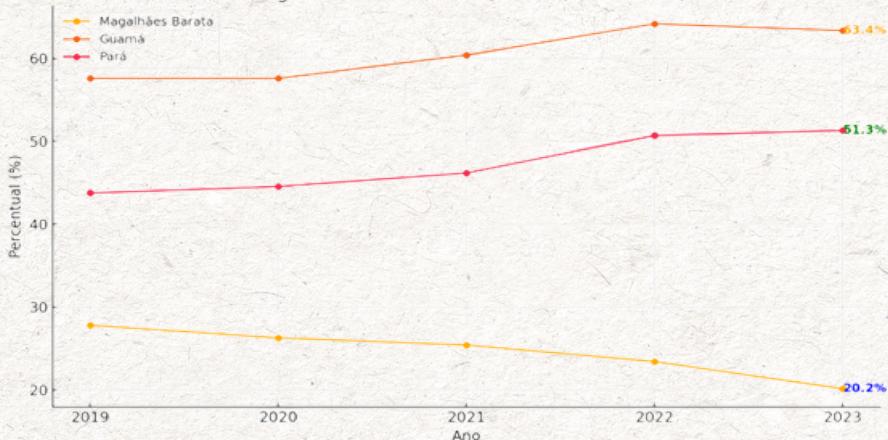
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O percentual de população de baixa renda com fossa rudimentar em Magalhães Barata apresentou queda de 27,7% em 2019 para 20,2% em 2023. O município manteve uma trajetória descendente ao longo de todo o período: 26,3% em 2020, 25,6% em 2021 e 23,4% em 2022. Isso indica avanços concretos na melhoria das condições sanitárias, embora uma parcela considerável ainda utilize soluções precárias de esgotamento. Na RI Guamá, por outro lado, o indicador aumentou de 58,2% para 63,4%, e no estado do Pará, de 43,6% para 51,3% (Gráfico 23).

A evolução em Magalhães Barata contrasta

positivamente com os demais territórios, onde se observa deterioração das condições sanitárias entre a população de baixa renda. A queda de mais de 7 pontos percentuais no município pode refletir políticas locais voltadas à instalação de sistemas alternativos de esgotamento ou melhorias habitacionais. Apesar disso, um quinto da população pobre ainda depende de fossas rudimentares, o que representa risco ambiental e à saúde pública. O desafio agora é consolidar o progresso e acelerar a erradicação desse tipo de solução inadequada (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



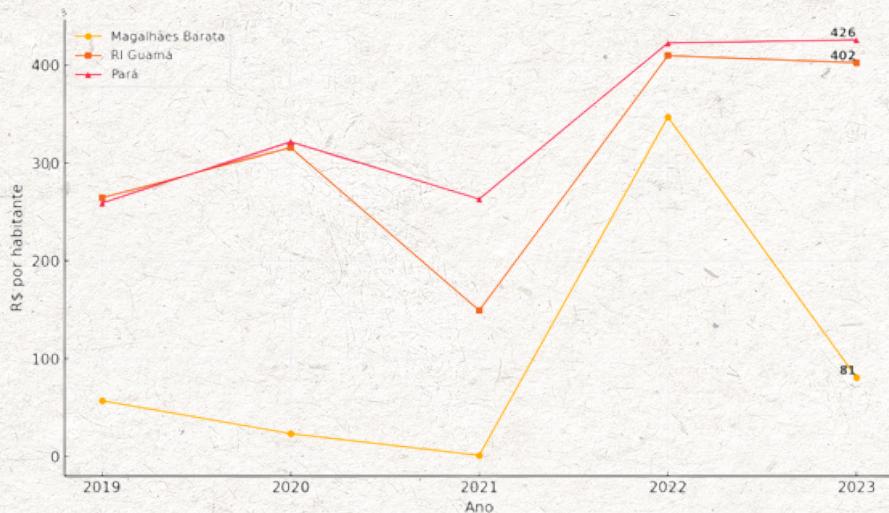
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Magalhães Barata, os gastos per capita com prevenção de desastres oscilaram fortemente entre 2019 e 2023. O município iniciou com R\$ 58 por habitante em 2019, caiu para R\$ 26 em 2020 e R\$ 1 em 2021. Em 2022, houve um salto significativo para R\$ 348, seguido de nova queda para R\$ 81 em 2023. Essa instabilidade sugere a ausência de um planejamento contínuo na área, dependendo possivelmente de repasses extraordinários ou situações emergenciais. Já na RI Guamá, os valores aumentaram de R\$ 265 em 2019 para R\$ 402 em 2023, com crescimento mais constante. No estado do Pará, os gastos também aumentaram de R\$ 261 para R\$ 426 no mesmo período (Gráfico 24).



Enquanto o município demonstrou esforços pontuais em 2022, os demais territórios mantiveram uma tendência crescente, indicando compromisso mais regular com a prevenção de desastres. A discrepância reflete desigualdade na capacidade de gestão e alocação de recursos públicos. A queda acentuada em 2023 em Magalhães Barata evidencia riscos de vulnerabilidade frente a eventos climáticos ou desastres naturais. A consolidação de uma política preventiva mais contínua é essencial, especialmente considerando os impactos recorrentes das mudanças climáticas na Amazônia (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 81 /Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Despesa per capita com preservação aquática

Magalhães Barata teve investimentos quase nulos com preservação aquática até 2022, com R\$ 0 em 2019, 2020 e 2021, e apenas R\$ 0,3 em 2022. Somente em 2023 houve avanço, atingindo R\$ 8 por habitante. Ainda que represente uma melhora, o valor segue bastante abaixo dos níveis estadual e regional. Na RI Guamá, os gastos evoluíram de R\$ 0 em 2019 para R\$ 44 em 2023. No Pará, o crescimento foi ainda mais expressivo: de R\$ 182 para R\$ 287 por habitante no mesmo período. Esses dados revelam um descompasso na prioridade dada ao tema nos diferentes níveis de governo (Gráfico 25).

A baixa execução de recursos na esfera mu-

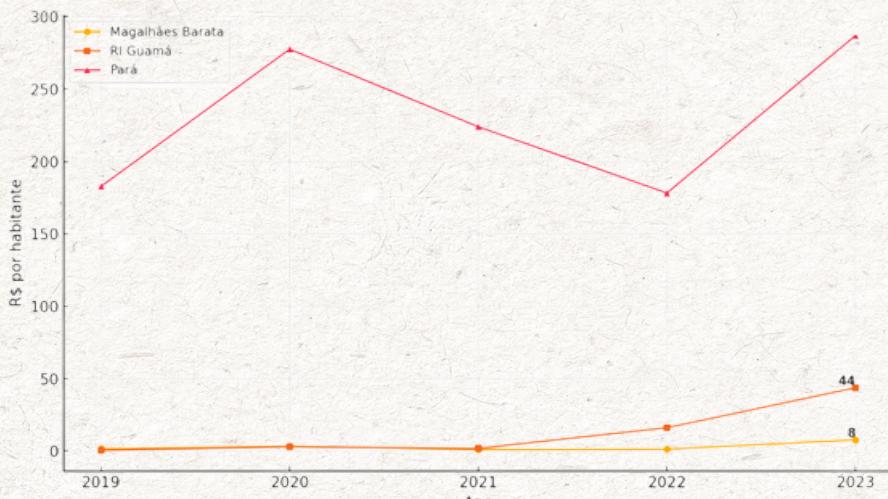
Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



nicipal levanta preocupação quanto à conservação de rios, igarapés e outras fontes hídricas locais. A ausência de política pública sólida nesse campo compromete a sustentabilidade hídrica e a proteção da biodiversidade aquática, essenciais para comunidades ribeirinhas e para o equilíbrio ecológico. Já o desempenho estadual mostra que há capacidade institucional para investimentos substanciais, o que poderia ser replicado nos municípios com apoio técnico e financeiro. A elevação recente no gasto em Magalhães Barata é um indicativo positivo, mas ainda insuficiente para consolidar uma política ambiental eficaz nessa frente (Gráfico 25).



**Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática,
Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 8/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



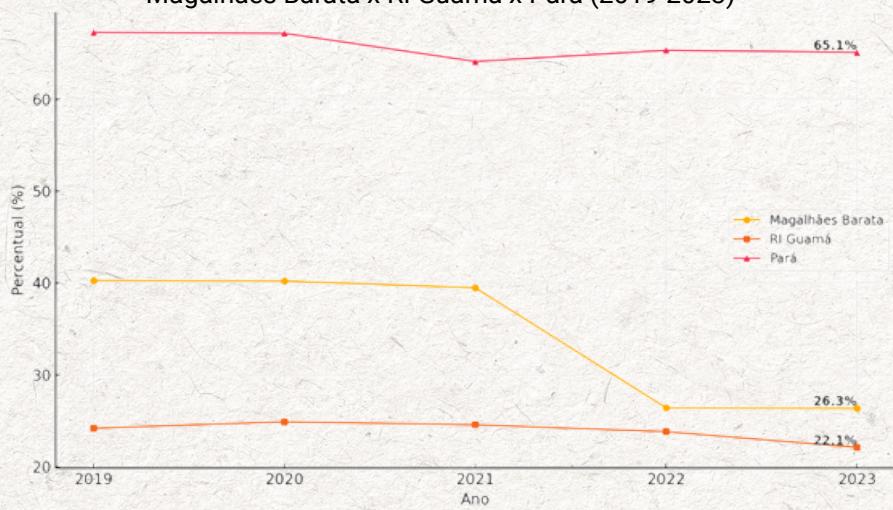
Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Magalhães Barata, o percentual da área de floresta caiu acentuadamente entre 2021 e 2022. De 40,1% em 2019 e 2020, houve leve redução para 39,3% em 2021, seguida por uma queda brusca para 26,1% em 2022, mantendo-se em 26,3% em 2023. Isso indica uma perda de aproximadamente 14 pontos percentuais da cobertura florestal em apenas dois anos. Na RI Guamá, os valores caíram de 24,4% em 2020 para 22,1% em 2023, enquanto no estado do Pará houve leve variação: 66,9% em 2019 para 65,1% em 2023. O impacto em Magalhães Barata foi significativamente mais intenso que nos demais níveis (Gráfico 26).

A redução na área de floresta no município é preocupante e sinaliza pressão crescente sobre os recursos naturais. A estabilidade estadual contrasta com a perda acelerada em Magalhães Barata, o que pode ser resultado de expansão agropecuária, exploração madeireira ou ocupação irregular. A queda abrupta da vegetação nativa compromete não apenas a biodiversidade, mas também a capacidade de regulação climática e prevenção de desastres naturais. É essencial intensificar as ações de monitoramento, fiscalização e reflorestamento para mitigar os danos e promover a recuperação da cobertura vegetal (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 26,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

O indicador de área desmatada em Magalhães Barata manteve-se elevado e crescente no período, partindo de 50,7% em 2019 e alcançando 52,1% em 2023. A variação é pequena, mas constante, com valores superiores à média estadual e muito acima da média regional. Na RI Guamá, os percentuais ficaram entre 68,1% e 68,7%, apresentando uma leve queda em 2022, mas retornando ao patamar anterior em 2023. Já o estado do Pará demonstrou um crescimento leve, indo de 21,7% em 2019 para 23,2% em 2023. Assim, o município está entre os mais impactados proporcionalmente (Gráfico 27).

A combinação de alto desmatamento e perda florestal coloca Magalhães Barata em uma posição crítica no que diz respeito à sustentabilidade ambiental. Apesar do desmatamento estar estabilizado em termos percentuais, ele já compromete mais da metade do território. Esse cenário afeta diretamente o equilíbrio ecológico, a qualidade dos recursos hídricos e a segurança alimentar local. É necessário estabelecer metas específicas de redução do desmatamento e programas de restauração ecológica, em sintonia com as diretrizes estaduais e nacionais de combate à degradação ambiental (Gráfico 27).

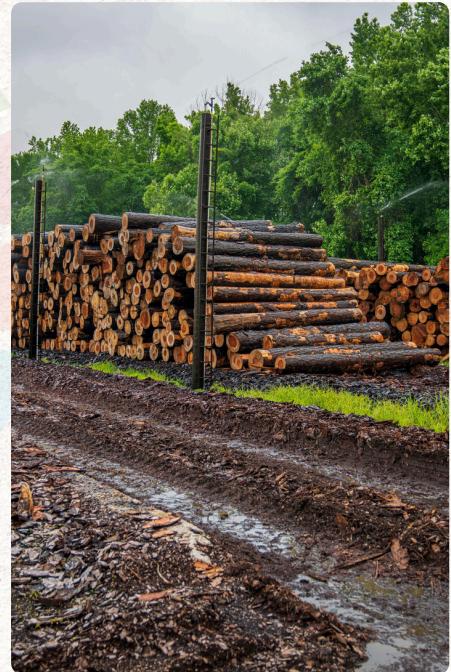
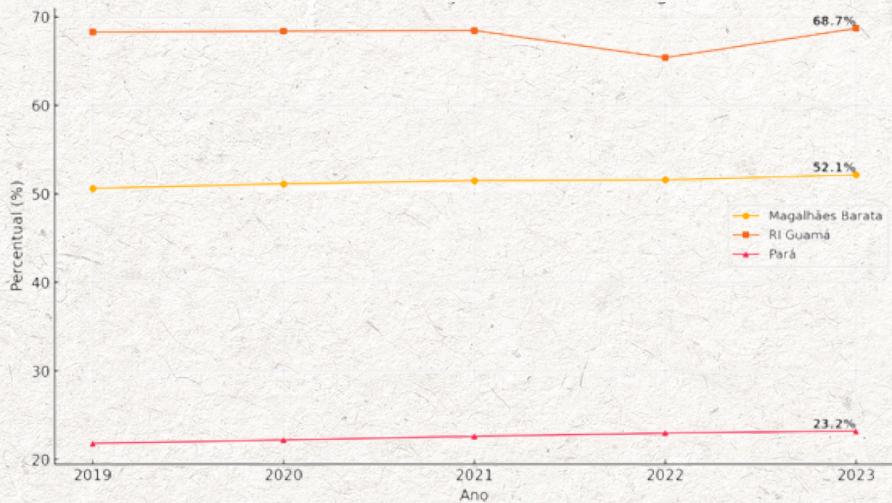


Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Magalhães Barata, o indicador de trabalho infantil manteve-se zerado durante todo o período analisado, de 2019 a 2023. Isso significa que oficialmente não foram registrados casos por 100 mil habitantes, o que pode refletir um bom desempenho em políticas públicas de proteção infantil, ou uma subnotificação nos cadastros. Já na Região de Integração do Guamá, houve uma queda expressiva de 32,2 casos por 100 mil em 2019 para 7,0 em 2023. Essa redução de quase 80% é um avanço significativo na proteção de crianças e adolescentes (Gráfico 28).

No estado do Pará, o indicador também teve tendência de queda, passando de 39,4 em 2019 para 11,3 em 2023. Esse recuo contínuo demonstra o efeito positivo de políticas públicas em nível estadual e federal, como o fortalecimento da fiscalização e programas de transferência de renda. Apesar disso, os valores de 2023 ainda indicam que o trabalho infantil não foi totalmente erradicado na maioria das regiões. A manutenção do índice zerado em Magalhães Barata deve ser interpretada com cautela e acompanhada de ações que assegurem a real proteção dos direitos da infância (Gráfico 28).

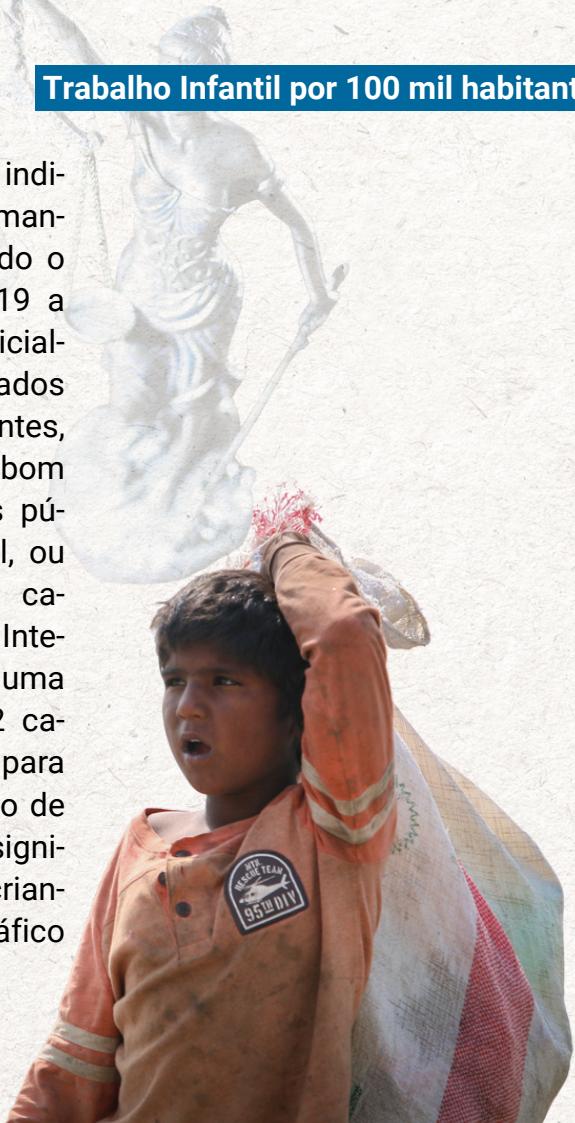
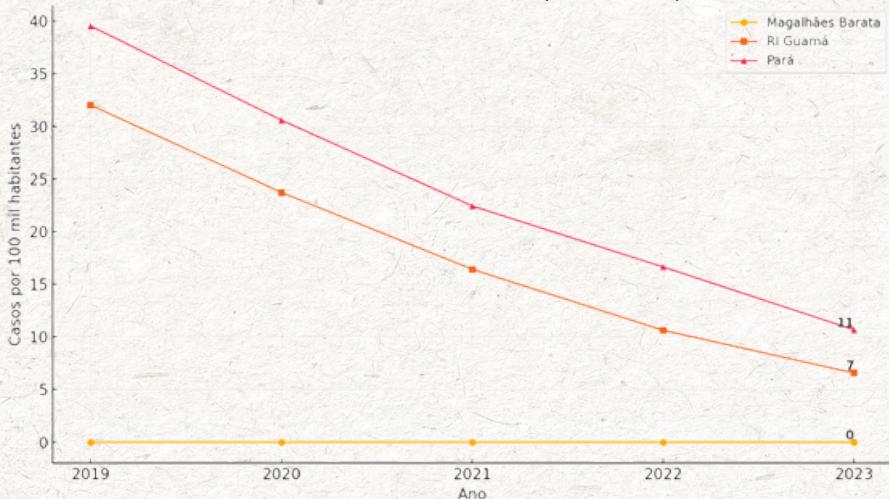




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Magalhães Barata, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes teve forte oscilação entre 2019 e 2023. O município registrava 11,7 homicídios por 100 mil em 2019, mantendo o indicador em 2020, subindo para 23,3 em 2021, para 0 em 2022 e 2023. Essa variação abrupta em anos alternados sugere ocorrência de eventos isolados de violência, sem uma tendência clara de crescimento ou redução sustentada. Ainda assim, os picos apontam vulnerabilidade em segurança pública local (Gráfico 29).

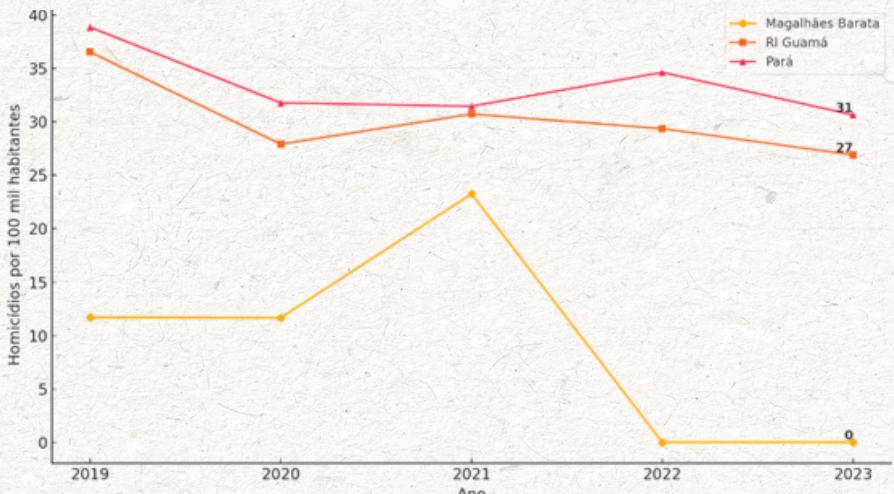
Na Região de Integração do Guamá, a taxa

iniciou com 36,5 em 2019 e caiu para 26,9 em 2023, indicando avanços na contenção da violência letal. O estado do Pará também reduziu seus índices, saindo de 38,9 em 2019 para 30,7 em 2023. Os dados regionais e estaduais mostraram progresso, enquanto Magalhães Barata apresenta instabilidade, embora com taxas inferiores às médias. A oscilação do município aponta a necessidade de estratégias de prevenção mais estruturadas e integradas à segurança comunitária (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



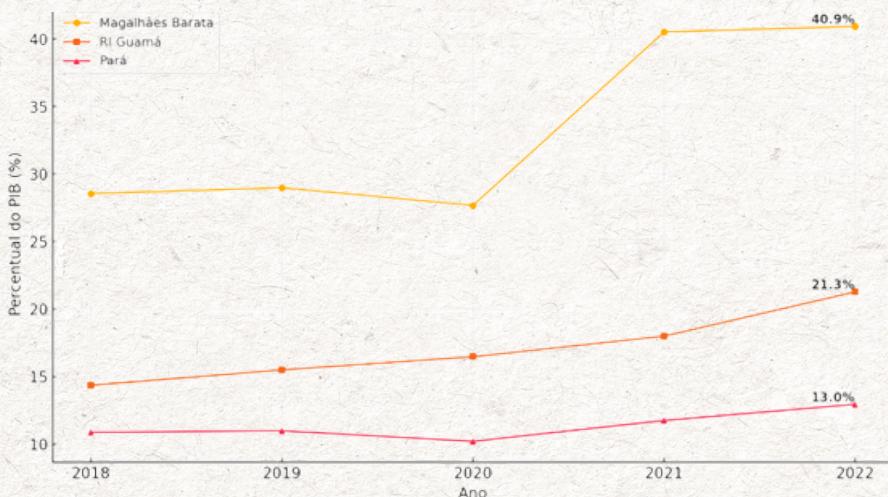


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Magalhães Barata, o gasto público municipal como percentual do PIB manteve-se estável entre 2018 e 2020, variando entre 28,6% e 29,0%. Contudo, em 2021 houve um crescimento acentuado para 40,6%, que se manteve praticamente inalterado em 2022, com 40,9%. Esse salto representa um aumento de mais de 12 pontos percentuais em relação à média anterior, podendo indicar aumento expressivo na execução orçamentária municipal ou queda no valor do PIB local. Na Região de Integração do Guamá, o indicador teve crescimento gradual de 14,3% em 2018 para 21,3% em 2022, demonstrando expansão mais constante da participação da despesa pública na economia (Gráfico 30).

No estado do Pará, o indicador foi mais modesto e estável, iniciando com 10,9% em 2018, recuando para 10,1% em 2020 e voltando a crescer até atingir 13,0% em 2022. A comparação evidencia que Magalhães Barata apresenta um nível de gasto público proporcionalmente muito superior, mais que o triplo da média estadual. Isso pode ser reflexo de uma economia local com baixa geração de valor agregado em relação à dependência do setor público. Embora o aumento de gastos possa contribuir para o desenvolvimento local, é necessário avaliar a eficiência e sustentabilidade desses investimentos frente à capacidade de arrecadação municipal (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 40,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.

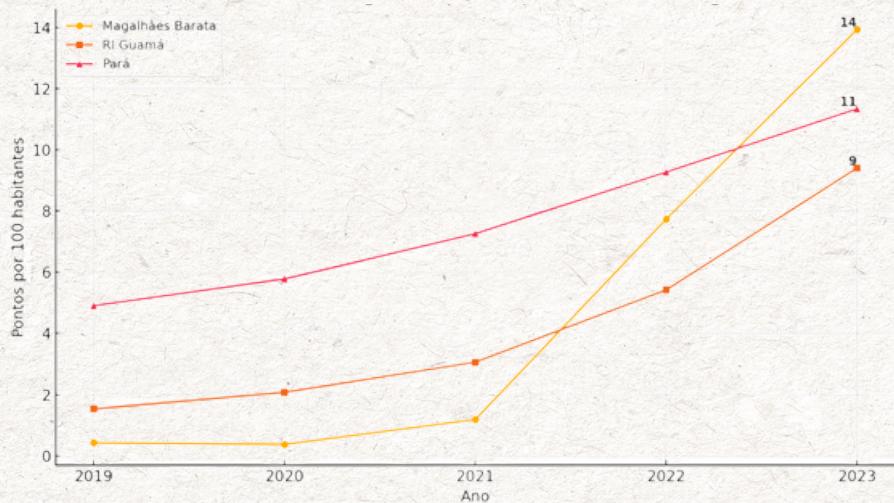


Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em Magalhães Barata, a taxa de acesso à banda larga fixa apresentou crescimento contínuo e acentuado ao longo do período analisado. O município partiu de apenas 0,5 pontos por 100 habitantes em 2019 e manteve o mesmo patamar em 2020. A partir de 2021, iniciou-se uma expansão expressiva, com 1,2 pontos, subindo para 7,8 em 2022 e alcançando 14 em 2023. Esse avanço representa um aumento de quase 28 vezes em relação a 2019, refletindo esforços recentes de inclusão digital na região. Ainda assim, o indicador partiu de uma base extremamente baixa, revelando atraso inicial na infraestrutura digital (Gráfico 31).

Na Região de Integração do Guamá, o crescimento também foi constante: de 1,6 em 2019 para 9,0 em 2023, o que representa mais que o quádruplo do valor inicial. No estado do Pará, a evolução foi de 4,9 para 11,2 no mesmo período. Apesar do avanço acelerado, Magalhães Barata ainda permanece ligeiramente abaixo da média estadual. O progresso recente é um sinal positivo para o acesso à educação, trabalho remoto e serviços públicos digitais, especialmente em áreas rurais. Para consolidar esse ganho, será fundamental investir na qualidade da conexão, universalização do serviço e na formação digital da população (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

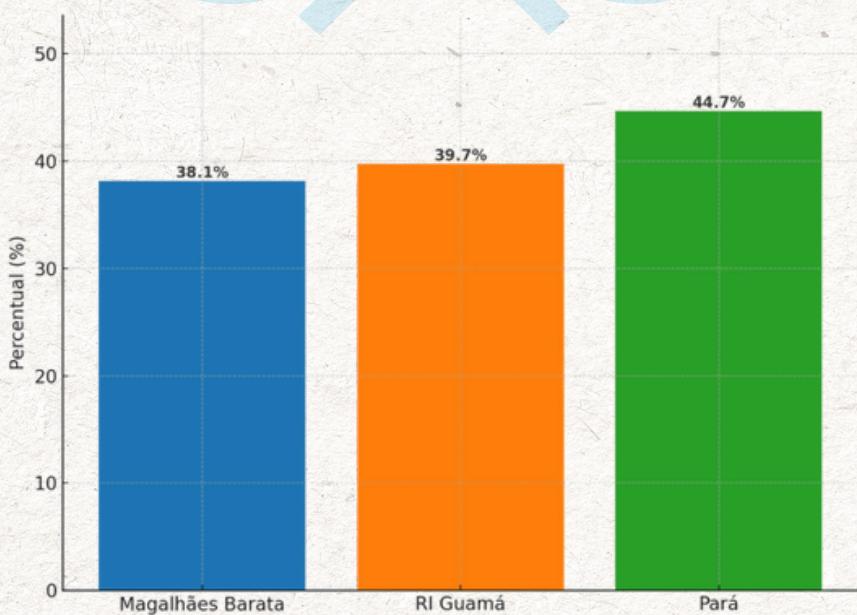
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Magalhães Barata** registrou um IDS de **38,1%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Magalhães Barata x RI Guamá x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, dispõe por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

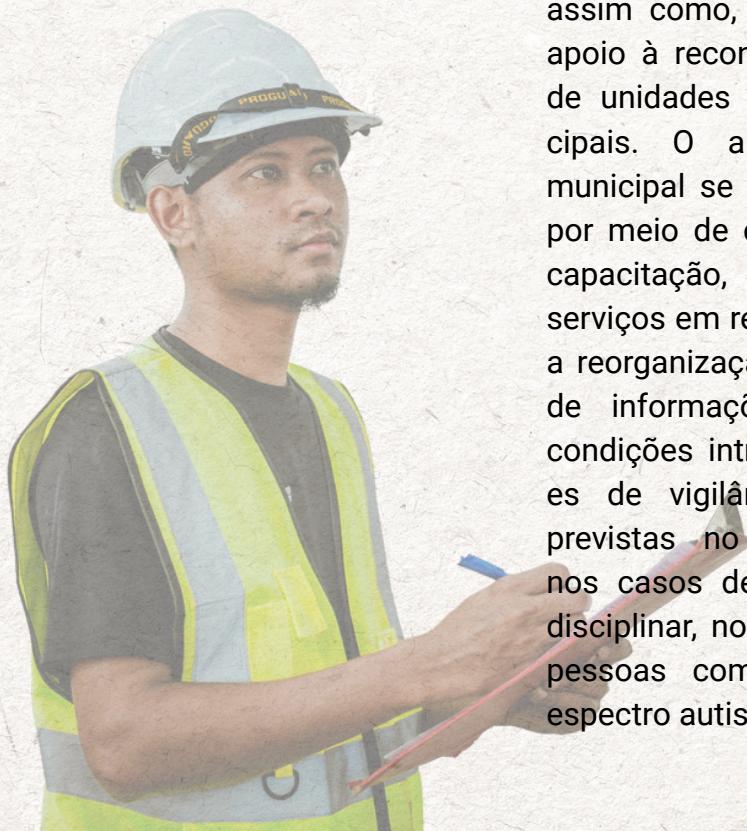
nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Magalhães Barata na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Magalhães Barata e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

